



**ACÓRDÃO Nº1210/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº10660/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Maués
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Simildon Antonio Cavalcante da Rocha - Presidente da Câmara Municipal de Maués
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3502/2023-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Maués. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Maués, relativa ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Simildon Antônio Cavalcante da Rocha**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Simildon Antônio Cavalcante da Rocha**, no valor de R\$ 1.706,80 e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da **multa**, por restrições consideradas não sanadas citadas no Relatório/Voto ainda que as contas sejam julgadas regulares com ressalvas, com base no art. 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VII, da Resolução TCE/AM nº 04/02, com nova redação dada pela Resolução nº 04/2018, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro



**ACÓRDÃO Nº1210/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar** a Câmara Municipal de Maués que:

**10.3.1.** cumpra o disposto no art.48, *caput*, da Lei Complementar nº, 101/00, com redação da LC nº 131/2009, no que tange a disponibilização em tempo real da integralidade dos processos licitatórios e atos relativos as despesas;

**10.3.2.** cumpra rigorosamente as formalidades referentes aos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade;

**10.3.3.** crie uma procuradoria jurídica na Câmara Municipal.

**11- Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Junho de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Luís Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1210/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Este documento foi assinado digitalmente por FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA em 23/06/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: F38A790C-E4FF88B0-8CFA6C88-23C20E10